

Receituário do FMI tem 6 alternativas

BRASÍLIA — O Fundo Monetário Internacional (FMI) trabalha atualmente com seis tipos de programas de assistência financeira a seus países membros, que são aplicados de acordo com o nível do balanço de pagamentos, situação interna e volume de recursos a serem emprestados. A adesão a cada um desses programas pressupõe a aplicação de um programa de ajuste financeiro com recomendações nas quais o Fundo segue um receituário único: medidas ortodoxas, com política fiscal restritiva, cortes sobre o déficit público e extinção de subsídios.

Dependendo do programa, o FMI adota um sistema diferente de monitoramento da economia em questão. O número de missões de técnicos do Fundo e a periodicidade que visitam o país que recorreu ao FMI varia de acordo com o tipo de programa. Após anunciada a intenção de acordo, o primeiro procedimento do Fundo é um só: mandar ao país uma missão técnica para identificar os problemas existentes.

Essa missão recomendará que programa de ajuste será seguido, com o comprometimento do país devedor através de carta de intenções. Outras missões, periodicamente, fiscalizarão o cumprimento das metas do programa.

No caso brasileiro, o programa de ajuste clássico que seria sugerido ao País, segundo o receituário tradicional do Fundo, teria como ponto principal a recomendação de que seja implantada política fiscal restritiva, para combater a inflação e reduzir o maior problema interno: o déficit público.

Como medidas complementares, o FMI sugeriria ao Brasil um corte drástico dos subsídios e enxugamento do serviço público, com demissão volumosa de pessoal. Técnicos do Governo consideram, porém, que o fato de o Brasil firmar um acordo com o Fundo não implicará a elaboração de um novo programa de ajuste e uma conseqüente carta de intenções. A razão, dizem os técnicos, é simples. O Plano Macroeconômico, que estabelece metas para o desempenho da economia até 1989, já seria uma carta de intenções.

A última vez que o Brasil esteve envolvido com o Fundo Monetário Internacional foi no período de 1983 a 1985, no qual o então Ministro do Planejamento Antônio Delfim Netto firmou pelo menos 14 cartas de intenções, incluindo-se os compromissos iniciais e os waivers, que foram os perdões concedidos pelo não cumprimento das metas definidas nos programas de ajuste.